

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

marcadas por estereótipos negativos. Estas tendências têm sido intensificadas em contexto de crise económica. Quem constrói a marginalidade?

A ONU proclamou o ano de 2011 como o Ano Internacional dos afrodescendentes. Apesar de alguns aspetos problemáticos do seu enquadramento, esta iniciativa torna explícito o reconhecimento do colonialismo como causa maior nos fenómenos de racismo, discriminação, marginalização e exclusão dos povos indígenas, incluindo africanos, e seus descendentes. Este reconhecimento importa na medida em que permite compreender que o colonialismo, longe de ser uma realidade histórica terminada, persiste enquanto estrutura de relação. O desafio reside em compreender que fenómenos como o racismo e a exclusão não decorrem de preconceitos individuais mas, sim, de estruturas de pensamento e prática de cariz colonial operantes e excludentes. Isto permite desconstruir noções mistificadas que descrevem Portugal como um país onde o racismo não é um fenómeno de relevo. Estas noções continuam a informar a formulação de políticas públicas, reduzindo a integração de imigrantes a uma questão de assimilação normativa sem confrontar diretamente as dinâmicas e as consequências do racismo e sem contrariar eficazmente a lógica de perpetuação geracional da exclusão.

Catarina Gomes

Agricultura

A crise da agricultura é provavelmente a mais grave das consequências da globalização económica do último meio século. Ela evidenciou-se dramaticamente nas crises alimentares que afligiram os países pobres em 2008 e 2011. Os seus contornos podem ser caracterizados por meio de uma série de dados alarmantes sobre o aumento dos preços ao consumo, da fome, da malnutrição e de doenças crónicas como obesidade e diabetes. A origem da grande maioria destes problemas foi a industrialização da agricultura, que, juntamente com a chamada “revolução verde”, veio a impor as monoculturas com altos *inputs* de petróleo, agroquímicos e água, aumentando a erosão dos solos e a exaustão dos aquíferos e reduzindo a diversidade biológica e dos ecossistemas, o que contribui para uma maior suscetibilidade a eventos catastróficos.

A agricultura industrial também trouxe novos riscos para a saúde, perda de autonomia dos agricultores, rendimentos decrescentes. Este modelo foi-se impondo ao mundo inteiro por meio dos acordos comerciais do período

do pós-guerra, e especialmente das últimas duas décadas, que levaram à imposição dos produtos agrícolas do Norte nos mercados do Sul, à abolição das reservas alimentares destes e, conseqüentemente, ao empobrecimento dos camponeses e ao abandono/expulsão rural acompanhada do “açambarcamento” de terras por parte de grandes multinacionais e Estados tendo em vista a especulação sobre valores futuros, a implantação de monoculturas de agrocombustíveis e de outros produtos com alto valor de mercado. As mudanças climáticas da última década contribuíram também para agravar as crises alimentares e a subida dos preços agrícolas, provocando perda de colheitas devido a desastres naturais.

A alternativa ao modelo corrente de agricultura, tal como vai sendo defendida por organizações e movimentos sociais internacionais, como o *Food First!*, *GRAIN* e *Via Campesina*, consiste em três medidas fundamentais: 1) manter a terra na posse de comunidades de agricultores, 2) apoiar métodos agro-ecológicos de cultivo com programas de investigação participativa, 3) mudar as políticas de mercado no sentido de alcançar a soberania alimentar local.

Stefania Barca

Água

A governação nacional da água tem seguido grosso modo um modelo de serviço público com uma forte componente hidráulica: toda a população com direito de acesso a água potável e o Estado como responsável por assegurar essa universalidade construindo as infraestruturas necessárias.

O alargamento do modelo neoliberal ao setor da água tem tido implicações profundas um pouco por todo o mundo, nomeadamente com a definição do preço como mecanismo de distribuição. Esta mercantilização da água é justificada pela necessidade de tornar o Estado eficiente e de financiar os investimentos necessários à manutenção da rede de tratamento e abastecimento, envolvendo, normalmente, a participação de privados. Este processo possibilita que um direito de cidadania se transforme num direito de consumo, permitindo a exclusão do acesso à água por falta de pagamento. A crise financeira agudiza este processo mercantilizador ao requerer uma diminuição da despesa do Estado e a participação do setor privado também no setor da água. Em vários países esta situação desencadeou conflitos violentos. Ainda assim, alguns governos têm conseguido gerir estas